

Versão Online ISBN 978-85-8015-093-3
Cadernos PDE

VOLUME I

OS DESAFIOS DA ESCOLA PÚBLICA PARANAENSE
NA PERSPECTIVA DO PROFESSOR PDE
Artigos

2016

A ARTE DIALOGANDO COM A DIVERSIDADE

Autor: Marcia Domingues da Costa Fujisawa¹

Orientador: Eloisa Amália Bergo Sestito²

Resumo: O presente texto tem por objetivo analisar do ponto de vista crítico/reflexivo a diversidade étnico racial em sala de aula no Ensino Fundamental, na perspectiva do ensino de Arte. O estudo sobre o tema: A Arte dialogando com a diversidade, realizado junto aos educadores dos 6º anos do Colégio Estadual Vicente Tomazini, de Francisco Alves, pertencente ao Núcleo Regional de Educação de Umuarama, teve a intenção de proporcionar mais uma oportunidade de aprofundar conhecimentos sobre o racismo e a discriminação étnico-racial sofridas pelos negros na sociedade e, conseqüentemente no ambiente escolar. O projeto de intervenção se fundamentou nos autores Ana Mae Barbosa(2003), Rosita Edler Carvalho(1988), Paulo Freire(2002), entre outros, nas Lei nº 9.394/1996 – LDB(2008), Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, em documentos governamentais: DCEs da disciplina de Arte(2008), BNCC(2008). O estudo realizado contribuiu também como alerta para que as atitudes discriminatórias observadas em sala de aula recebessem um novo olhar e intervenção imediata, buscando desfazer concepções construídas de que os negros compõem uma raça ou um grupo étnico inferior. O trabalho desenvolveu-se através de leituras, questionamentos e reflexões de textos, bem como estudo de leis, o uso de vídeos e oficinas, com a formação de grupos de estudos.

Palavras-chave: diversidade; racismo; discriminação; intervenção.

1.Introdução

O presente artigo é resultado de um estudo realizado por meio do Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE, ofertado pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED, em parceria com a Universidade Estadual de Maringá – UEM, ocorrido nos anos 2016 e 2017.

O estudo realizado buscou apresentar uma reflexão de como se processa o racismo na escola, pois vivemos em uma sociedade complexa, plural, diversa e desigual. A educação brasileira tem sido vista como um espaço no qual persistem históricas desigualdades sociais e raciais.

Sendo assim, conceituar diversidade, refletir sobre a equidade na educação, a fim de proporcionar um diálogo entre os saberes curriculares e o contexto vivenciado no espaço escolar, são ações que vem ao encontro da formação do professor, pois, possibilita refletir e verificar quais estratégias de

1 Professora PDE, de Arte de Ensino Fundamental e Médio da Rede Estadual de Educação do Paraná. Pós Graduada em Didática e Metodologia de Ensino pela Universidade do Oeste do Paraná. marciadomingues@seed.pr.gov.br

2 Professora Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Maringá. eloizaamalia@hotmail.com

ensino e aprendizagem será mais eficaz para trabalhar com a diversidade em sala de aula, mais precisamente nas aulas de Arte na Educação Básica.

Este trabalho, que constituiu em uma proposta de minicursos para professores que atuam nos 6º anos do Colégio Estadual Vicente Tomazini, na cidade de Francisco Alves, Paraná, objetivou analisar, do ponto de vista crítico/reflexivo a diversidade étnico racial em sala de aula no Ensino Fundamental na perspectiva do Ensino de Arte. Portanto, valeu-se de fundamentações teórico-metodológicas sobre arte/educação; diversidades e tecnologias, numa perspectiva interdisciplinar, com ênfase no 6º ano do Ensino Fundamental. Textos e legislações vigentes que abordam a Cultura Afro-brasileira e Africana fundamentaram a elaboração do material didático, que orientou os estudos e debates com os professores, na intenção de subsidiar teórico-metodologicamente os profissionais no tratamento das questões relacionadas à Educação para as relações Étnico Raciais.

Assim, o artigo refere-se ao desenvolvimento do Projeto de Intervenção do tema - A Arte dialogando com a diversidade, inserida na linha de pesquisa Diálogos curriculares com a diversidade.

O tema de estudo emerge de minha trajetória como professora e gestora educacional. A experiência profissional permitiu ouvir educandos, os quais relatavam situações vivenciadas, em sua maioria ocorridas em sala de aula, onde eram discriminados por sua etnia sendo tratados pelos colegas com apelidos. Em quase todos os relatos, o professor presente ignorava a situação vexatória ou apenas alertava quanto à possibilidade de denúncia. Para os educandos que estavam sofrendo os maus tratos, a situação de se sentir injustiçado, desamparado por aquele que deveria intervir - o professor, era tão dolorida quanto as palavras desferidas pelos colegas.

Em muitos casos de maus tratos, foi possível perceber que o aluno agredido pedia que não fosse feita nenhuma denúncia, escolhendo silenciar sua dor. Talvez por querer manter com o agressor uma proximidade, na esperança de mudança e reconhecimento como ser humano, mesmo que isso significasse submissão e humilhação.

Em relação aos educadores, a não intervenção talvez resida no fato de que não tenham tido em sua formação acadêmica uma preparação para este enfrentamento. Visando contribuir para melhoria do trabalho pedagógico em

Arte no Ensino Fundamental, mais precisamente a diversidade cultural no que tange o preconceito, pretendeu-se verificar: de que forma trabalhar as questões da diversidade étnico racial na disciplina de Arte?

A partir da criação e implementação da Lei 10.639/03, a SEED – Secretaria de Estado da Educação do Paraná tem ofertado aos educadores formação específica para as questões relacionadas às etnias e outros conflitos presentes no espaço escolar, oportunizando a todos trabalhadores em educação apropriar-se de conhecimentos que poderão auxiliar neste combate ao preconceito.

Com tudo isso, ainda se percebe dentre os professores a resistência em relação ao trabalho sobre a diversidade étnico racial. Além da discrepância na formação inicial dos educadores, existe também certa insensibilidade quanto as alternativas de trabalho com os estudantes, onde o professor tem dificuldade em propor atividades que promovam a identidade cultural de seu alunado, ao que Freire (2002, p. 41), coloca com muita propriedade quando diz “Ensinar exige reconhecimento e assunção da identidade cultural”. Frente ao exposto, o estudo desenvolvido buscou dar respostas às questões que inquietam trabalhadores em educação, pais e, principalmente os educandos no que diz respeito às discriminações praticadas e sofridas em sala de aula.

2.Desenvolvimento

2.1.Revisão de literatura

Toda história da humanidade está marcada pela intervenção do homem sobre a natureza, transformando-a pelo trabalho, criando meios e objetos que facilitem seu modo de vida, ou seja, “o homem transformou o mundo e a si próprio pelo trabalho e, por ele, tornou-se capaz de abstrair, simbolizar e criar arte” de acordo com as Diretrizes Curriculares da Educação Básica – Arte (PARANÁ, 2008, p. 54).

A Arte está presente em toda produção humana, embora se apresente de formas diferentes em cada cultura.

Portanto, por meio da Arte, o ser humano se torna consciente de sua existência individual e social, pois ela possibilita um olhar diferente sobre a realidade.

Relembrando as DCEB – Arte(2008), pode-se dizer então que a Arte é uma forma de trabalho criador. A escola enquanto um espaço onde todas as culturas se encontram e dialogam, exige que os educadores percebam que:

A Arte na Educação como expressão pessoal e como cultura é um importante instrumento para a identificação cultural e o desenvolvimento individual. Por meio da Arte é possível desenvolver a percepção e a imaginação, aprender a realidade do meio ambiente, desenvolver a capacidade crítica, permitindo ao indivíduo analisar a realidade percebida e desenvolver a criatividade de maneira a mudar a realidade que foi analisada. (BARBOSA, 2003, p.18).

A autora recomenda que não basta o aluno somente realizar uma leitura imagética superficial, por não ter o domínio dos códigos visuais. Portanto, cabe ao professor fundamentar a sua ação, sabendo qual teoria que embasa o trabalho pretendido, bem como os encaminhamentos metodológicos que permitirão a sua efetivação.

A presença da Arte no Ensino Fundamental e suas múltiplas linguagens vem sendo assegurada desde 1996, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Porém, somente a partir da década de 1990 é que se reconheceu a especificidade das artes visuais, da dança, da música e do teatro como conhecimento, bem como a necessidade de formação específica para o professor. Dentre as múltiplas linguagens da Arte, a proposta deste trabalho refere-se às Artes Visuais.

As Artes Visuais compreendem o fenômeno visual, seus processos e produtos artísticos e culturais, nos diversos tempos históricos e contextos sociais, sendo o olhar o elemento de interlocução entre a criação e a recepção [...] oportunizam os/as estudantes a experimentarem múltiplas culturas visuais, a dialogarem com as diferenças e a conhecerem outros espaços e possibilidades inventivas e expressivas, ampliando os limites escolares e criando novas formas de interações artísticas e de produção cultural, sejam elas concretas e/ou simbólicas.(BNCC 2016, p.115).

A Base Nacional Comum Curricular – BNCC(2008), documento em construção, tem por finalidade reduzir as desigualdades educacionais do Brasil, trazendo transparência aos critérios de qualidade e expectativas de aprendizagem. Neste contexto, busca-se incorporar a Educação em Direitos Humanos na prática educativa onde a igualdade e a defesa da dignidade humana aconteça através do reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades.

Pensar a diversidade em educação é criar oportunidades a todos os alunos de acesso e permanência na escola, com as mesmas igualdades de condições, respeitando as diferenças, pois os patamares de oportunidades sofrem influência social, econômica, racial, entre outras. Portanto, ao se abordar a questão da diversidade, não se remete somente às minorias ou às crianças com necessidades especiais. Vai muito além, pois todos nós seres humanos somos únicos, portanto diferentes uns dos outros. Trata-se de denominar como diversidade as diferentes condições étnicas e culturais, as desigualdades sócio econômicas, as relações discriminatórias e excludentes presentes em nossas escolas e que compõem os diversos grupos sociais.

Sobre o exposto, Carvalho diz:

[...] a escola precisa abandonar o modelo no qual se esperam alunos homogêneos, tratando como iguais os diferentes, e incorporar uma concepção que considere a diversidade tanto no âmbito do trabalho com os conteúdos escolares quanto no das relações interpessoais. É preciso que a escola trabalhe no sentido de mudar suas práticas de ensino visando o sucesso de todos os alunos, pois o fracasso e o insucesso escolar acabam por levar os alunos ao abandono, contribuindo assim com um ensino excludente. (CARVALHO,1988, p. 44).

Diante de tudo isso, é necessário reconhecer a escola como promotora de novos saberes, que busca atender as especificidades dos alunos, preparando-os para o exercício da cidadania, onde o professor seja mediador de aprendizagem que, em seu fazer pedagógico, busque alternativas diferenciadas que toque a todos os educandos, não permitindo assim a discriminação e a exclusão.

Vale ressaltar que dentre as diversas formas de exclusão e discriminação percebidas no âmbito escolar, o estudo realizado reportou a questão étnico racial.

Quando se trata da discriminação relacionada a etnia na educação, a BNCC faz uma retrospectiva do amparo legal quando diz:

A Educação para as Relações Étnico-Raciais, prevista no art. 26A da Lei nº 9.394/1996 (LDB), objetiva a ampliação de conhecimentos acerca da educação para as relações étnico-raciais e, conseqüentemente, para a eliminação do racismo e do etnocentrismo no ambiente escolar e na sociedade brasileira. O estudo de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena (Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008) é ministrado no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras, em todas as etapas da Educação Básica, compreendendo a história e a cultura que caracterizam a formação da população brasileira. (BNCC, 2016, p.37).

Ao analisar a legislação citada, esperava-se que ela por si só desse conta de diminuir ou erradicar tais problemas.

No entanto, ainda se observa, de um lado, o sofrimento causado por tantas formas de desqualificação: apelidos depreciativos, brincadeiras, piadas de mau gosto sugerindo incapacidade, ridicularizando traços físicos do negro, a textura de seus cabelos, fazendo pouco das religiões de raiz africana. Por outro lado, professores que negam a existência de discriminação, não realiza as intervenções necessárias na busca de amenizar os conflitos vivenciados, mantém e até mesmo agrava o problema, não exerce seu papel de mediador de conflitos. A dificuldade que os professores apresentam em trabalhar com o tema da racialidade, não está somente em não reconhecer as atitudes como discriminatórias, mas também na falta de uma formação que forneça os conhecimentos que fundamentem suas ações, contidos nas leis e nos pressupostos teóricos metodológicos.

2.2 Metodologia

Todas as ações geradas a partir dos estudos, tiveram a intencionalidade de propiciar a todos os envolvidos, um referencial teórico que fundamente as metodologias sobre arte/educação; diversidades e tecnologias, com a possibilidade de integração com as demais disciplinas curriculares do 6º ano do Ensino Fundamental, na tentativa de subsidiar os profissionais no tratamento das questões relacionadas à Educação para as Relações Étnico Raciais. Portanto, fez-se necessário fortalecer o conhecimento através de atividades com estratégias diferenciadas sobre a diversidade étnico-racial na escola, fundamentais para o combate à discriminação e ao preconceito.

Com o intuito de auxiliar os educadores da Rede Estadual de Ensino do Estado do Paraná a refletirem sobre a problemática da diversidade em sala de aula, utilizando-se da Arte e contemplando as diferenças étnico racial, sugeriu-se literaturas compostas de leis e textos de autores que tratam o assunto, na busca de alternativas que possam amenizar o problema em questão.

Tomando como base as leituras propostas na BNCC – Base Nacional Comum Curricular, refletiu-se aos seguintes questionamentos: Qual a exigência percebida no texto da BNCC referente a Educação para as Relações Étnico Raciais? Quais os objetivos da Lei N° 9394/96 – LDBEN, no que se refere às relações étnico raciais? Estabeleça um paralelo com o que acontece em sala de aula e a intervenção do professor. Segundo os participantes do grupo: *“Observamos que a BNCC trata de toda interculturalidade e em específico para as relações étnico-raciais, levando em consideração uma pedagogia própria em respeito à especificidade étnico-cultural de cada povo, o que permite uma concepção e uma prática que reconheça e valorize a cultura de cada comunidade”*. Ao analisar a fala do grupo, pode-se reportar ao que diz CARVALHO,1988, p. 44 *“a escola precisa abandonar o modelo no qual se esperam alunos homogêneos, tratando como iguais os diferentes”*.

Após assistirem o vídeo *“Ninguém nasce racista. Continue criança”*, onde as crianças foram convidadas a participarem de uma dramatização em que deveriam proferir frases que discriminam pessoas negras. O grupo comentou sobre os sentimentos despertados e também em relação às crianças participantes: *“Percebemos sentimentos de discriminação e preconceito,*

sentimento de recusa em repetir palavras discriminatórias, sentimento de dor, pois também eram crianças negras e já tinham sido vítimas de preconceitos.” Percebeu-se entre os participantes uma sensibilização que culminou em lágrimas, pois puderam constatar que o racismo e a discriminação não fazem parte da natureza humana, pois não nascemos racistas. Esta concepção, que se impregnou e maculou a consciência e as atitudes de uma grande parte dos seres humanos foi construída e perpetuada por um sistema político e socioeconômico injusto para com aqueles que apresentam características biológicas e culturais diferentes e, por isso, são percebidos como uma raça ou grupo étnico inferior.

O uso do citado vídeo permitiu também, uma reflexão sobre o papel das mídias na educação. Do ponto de vista pedagógico, as mídias podem ser usadas de maneira eficaz, envolvendo os educandos ativamente em atividades que promovam o desenvolvimento da criatividade, do senso crítico, levando-os a co-autoria nos seus projetos de estudo. Vale repensar o que nos traz as DCEs da disciplina de Arte, de que as tecnologias devem trazer novas formas de pensar, sentir e agir. Sendo assim, sua utilização contribui como instrumento de inserção dos educandos na sociedade, pois pode ampliar sua leitura de mundo quando compreendida como alternativa para contextualizar os conteúdos curriculares com os grandes desafios que se apresentam na educação contemporânea (PARANÁ, 2008, p.163).

Em outro momento, a leitura das DCEs(2008), proporcionou alguns questionamentos e reflexões sobre a disciplina de Arte: Em que momento da leitura é possível perceber a exigência de inovar a prática pedagógica afim de valorizar as diferenças presentes em sala de aula? Como está posto neste documento? Lembrando que somos um grupo diverso, principalmente em relação às disciplinas trabalhadas nos 6º anos, faça a leitura dos Fundamentos Teórico-Metodológicos na DCE de sua disciplina e verifique se também contempla a valorização das diferenças. Em seguida, estabeleça um paralelo entre as duas leituras, discutindo com o grupo seus resultados.

Foram observadas as seguintes colocações: *“As DCEs da disciplina de Filosofia fundamenta uma prática pedagógica que respeita as diferenças, propondo um trabalho com a diversidade como um todo, ressaltando a questão étnico-racial. Aponta também, fundamentos teóricos e metodológicos que dão*

abertura para reflexões nos aspectos social e histórico da vida do educando.”

“As DCEs da Língua Portuguesa, em seu fundamento Teórico Metodológico contempla o trabalho com a valorização das diferenças, porque as diretrizes propõem e assume uma concepção de linguagem que não se fecha na sua condição somente de tratar os conteúdos prescritivos no currículo, mas abre-se para a sua condição de atividades e acontecimentos sociais – daí a abertura para o trabalho com a diversidade e, em especial, a questão étnico-racial. O próprio documento educacional diz que ensinar a Língua Materna requer que os docentes considerem os aspectos sociais e históricos em que o sujeito está inserido.”

Após assistir o vídeo: Dumbo - Trabalhando as diferenças com as crianças, reflita e compartilhe com o grupo: Como seria o final da história sem a intervenção? No fazer pedagógico em sala de aula sempre ocorre a intervenção a tempo para evitar conflitos?

“Percebemos que o vídeo poderá ser utilizado para trabalhar as diferenças, valorizando e apontando as qualidades que cada um possui, levando a uma superação através do estímulo e tendo um olhar diferenciado para cada situação, lembrando que todos têm seus valores. Cabe ao professor observar situações vivenciadas em sala de aula e transformá-las em ações positivas, buscando coibir qualquer tipo de discriminação e/ou preconceito.”

No espaço seguinte, foram debatidas estratégias e ações pedagógicas que fortaleçam a implementação da Lei nº 10.639/03 e Lei nº 11.645/08, bem como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico – Raciais e para o Ensino da História e da Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena. Esta ação contou com a colaboração da professora mestrandia Ivanete Aparecida da Silva Santos que aplicou uma oficina com o título: A Valorização da Diversidade Etnicorracial no Ambiente Escolar Sob a Ótica das Leis 10.639/03 e 11.645/08.

Na sociedade brasileira, a bem comum de expressão de intolerância é o preconceito racial que está relacionado quase sempre à cor da pele da pessoa. Pode-se observar vários mecanismos utilizados para discriminar e não aceitar pessoas negras nos ambientes, principalmente de trabalho, quando apresentam anúncios como: “procura-se moça ou rapaz de boa aparência”. Em relação a educação, a luta se tornou acirrada no século XX, quando a

população negra reconhece que

A educação não é a solução de todos os males, porém ocupa lugar importante nos processos de produção de conhecimento sobre si e sobre “os outros”, contribui na formação de quadro intelectuais e políticos e é constantemente usada pelo mercado de trabalho como critério de seleção de uns e exclusão de outros. (GOMES.2011.p.112).

Embora a educação no Brasil seja garantida pela Constituição Federal (1988) em seu art. 205, o que se observa é que esta tem produzido e reproduzido um quadro de desigualdades raciais que deve ser urgentemente combatida, exigindo da política educacional a construção da igualdade baseada no reconhecimento e respeito à diversidade, um processo retomado pelo Movimento Negro que questiona o Estado sobre as políticas educacionais para reversão deste quadro. No entanto, Gomes (2011) aponta os resultados quando diz

O desencadeamento desse processo não significa o seu completo enraizamento na prática das escolas da educação básica, na educação superior e nos processos de formação inicial e continuada dos professores(as). A lei e as diretrizes entram em confronto com as práticas e com o imaginário racial presentes na estrutura e funcionamento da educação brasileira, tais como o mito da democracia racial, o racismo ambíguo, a ideologia do branqueamento e a naturalização das desigualdades raciais. (Gomes. 2011.p.116).

Faz-se necessário discutir a diversidade do ponto de vista étnico racial para compreender a formação do diverso e os desafios étnicos das relações que são estabelecidas no espaço escolar e na sociedade. Sobre o assunto, Ferreira e Santos colaboram para o enfrentamento ao preconceito afirmando que

Uma nova morada se faz necessária para compreender a morada da diversidade e trabalhar nas perspectivas de educação das relações étnico raciais. (FERREIRA E SANTOS.2015.p.114).

Para os autores, da conquista do direito de entrada e permanência dos novos sujeitos no espaço escolar, garantida na constituição de 1988, onde escolas e educadores não estavam preparados, nasce a necessidade de reordenar a ética no campo da formação teórica dos educadores e também na sua prática. Esta discussão aconteceu com a palestra com o Dr. Delton Aparecido Felipe: Pensando os Conceitos: Preconceito; Discriminação; Racismo e Injúria Racial.

Após leitura do texto: As relações étnico-raciais, a cultura afro-brasileira e o projeto político-pedagógico e do Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual Vicente Tomazini, discutiu-se também “O projeto político-pedagógico deve ser a expressão de vozes que foram silenciadas e um diálogo democrático em torno dos silenciamentos”; No texto: A Lei 11.645/08: Abordando a Diversidade nas Aulas de Arte, a intenção da Lei 11.645/08 é promover uma educação que reconheça a diversidade das raízes culturais do Brasil, e as valorize para que a atitude da população em relação às questões culturais e étnicas se torne positiva e tolerante. A partir desta ideia, a maior questão que se levantou é: como devemos tratar as questões da diversidade nas aulas para que não acabemos aumentando o preconceito? Quais seriam as didáticas adequadas a serem usadas nas diferentes situações de aprendizagem?

Considerando os estudos realizados por Veiga (2005, p. 12-14), o Projeto político Pedagógico é reconhecido como uma organização do trabalho pedagógico que envolve na sua elaboração e execução, todos os segmentos da escola e que não pode perder de vista a sua relação com a sociedade.

Ao se reportar ao discurso a autora sobre o que é o Projeto Político Pedagógico observa-se, também, o compromisso com sua intencionalidade. Veja:

O Projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo Projeto Pedagógico da escola é também, um Projeto Político por estar intimamente articulado ao compromisso sóciopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade (...). Na dimensão pedagógica reside a possibilidade da efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo. Pedagógico, no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade. Político-Pedagógica, têm assim uma significação indissociável (...). Deve considerar o Projeto Político Pedagógico como um processo permanente de reflexão e discussão dos problemas da escola, na busca de alternativas viáveis à efetivação de sua intencionalidade (VEIGA, 2005, p.13).

Segundo a autora, o Projeto Político Pedagógico é um instrumento teórico-metodológico que tem o papel de auxiliar no enfrentamento dos desafios do cotidiano da escola, pois possibilita a reflexão consciente, sistematizada, orgânica e, o que é essencial, com o uso de estratégias de trabalho permite a ação-reflexão e ação educativa de todos os agentes da instituição no que diz respeito à formação do homem e da sociedade.

O estudo dos textos: EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE: uma prática a ser construída na Educação Básica e A Questão Étnico-Racial nas Escolas: Como o Professor Interpreta o Material Didático Referente às Questões Raciais e como o Interpreta para os Alunos, foram realizadas várias reflexões: Como é passada ou interpretada a questão racial nos livros didáticos? Qual a dificuldade do educador em falar sobre a Cultura Afro-brasileira? Qual o significado do tema da racialidade para que a educação possa se constituir como um caminho de formação integral para a formação dos cidadãos?

Na leitura orientada do Texto - Relações Étnico-Raciais, Educação e descolonização dos Currículos, levantou-se os seguintes questionamentos: Como lidar com a diversidade cultural e étnico-racial em sala de aula? É possível superar o modelo monocultural de conhecimento e de ensino? É possível aos professores e professoras incluir a equidade de oportunidades

educacionais entre seus objetivos? Como socializar, por meio do currículo e de procedimentos de ensino, para atuar em uma sociedade multicultural?

2.3 Resultados e Discussão

Por acreditar que, conhecendo as causas históricas, sociais e políticas que desencadearam todas as formas de discriminação e exclusão no Brasil e no mundo, com recorte à discriminação étnico racial, todo e qualquer educador será capaz de adquirir um novo olhar que permita a implementação de sua metodologia, contribuindo para a superação das desigualdades percebidas no âmbito escolar, formou-se o grupo de estudos resultando em uma rica e vasta discussão, lembrando que tais discussões alcançou representatividade estadual através do Grupo de Trabalho em Rede – GTR.

Após leituras e reflexões, entendeu-se que o objetivo maior dos documentos estudados é a ampliação do conhecimento acerca da educação para as relações étnico-raciais e, conseqüentemente, a eliminação do racismo e do etnocentrismo no ambiente escolar e na sociedade brasileira. Acredita-se que dessa forma será possível uma conscientização do valor de cada etnia, mostrando a contribuição de cada grupo étnico na sociedade. Trata-se de uma política curricular fundamentada em dimensões históricas que busca combater o racismo e as discriminações que atingem principalmente e particularmente os negros. Para tanto, pede a divulgação e produção de conhecimentos, formação de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial. Percebe-se ainda, a exigência de inovar a prática pedagógica, valorizando as diferenças quando nós educadores não desprezamos o caráter político de nossos currículos que já vem pensado e prescritivo pela classe dominante. Diante disso devemos fazer uma análise ampla e crítica para enfrentar os embates políticos e sociais. Logo, para inovar a prática pedagógica e trabalhar constantemente valorizando as diferenças, o currículo deve ser objeto de análise contínuo dos sujeitos da educação, principalmente a concepção de conhecimento que ele carrega. Porém, para inovar é necessário a valorização e o aprofundamento dos conhecimentos

organizados nas diferentes disciplinas escolares, condições para estabelecerem as relações interdisciplinares, entendidos como necessárias para a compreensão da totalidade.

Portanto, para trabalhar as diferenças, é essencial inovar a prática pedagógica e fazer uso da perspectiva interdisciplinar. O exposto é nítido nas Diretrizes Curriculares Estaduais da disciplina de Língua Portuguesa (2008) que também sugere além do trabalho interdisciplinar, atividades que contemplem a contextualização histórica dos sujeitos. A referida inovação está posto através do trabalho interdisciplinar e através da contextualização sócio histórica, quando propõe que analisemos o currículo para além dos conteúdos prescritivos.

3.Considerações Finais

Ao finalizar a análise das ações planejadas e laboradas no projeto de intervenção, “A Arte dialogando com a diversidade” ponderamos que os resultados alcançados sejam relevantes, levando-se em conta que as reflexões, a sensibilização e o aprendizado proporcionados no desenvolvimento das atividades pôde contribuir para o acesso a conhecimentos e concepções que vão implicar em mudanças no fazer pedagógico de cada um dos educadores e alcançará repercussão para além dos muros escolares, uma vez que a temática estudada, mobiliza atitudes e pensamentos inseridos na vida.

Fatos ocorridos em sala de aula, levou à percepção da extrema importância de analisar, do ponto de vista crítico/reflexivo a riqueza da pluralidade e diversidade presente no contexto escolar. Ao longo da implementação, as ações planejadas e direcionada pelo Material Didático permitiu conceituar a diversidade étnico-racial, abordar como se processa o racismo e estabelecer as diferenças entre racismo, preconceito e discriminação, através de diálogos entre a disciplina de Arte e as demais disciplinas curriculares do 6º ano do Ensino Fundamental

Tudo isso exigiu uma organização de grupo de estudos com professores do Colégio Estadual Vicente Tomazini na cidade de Francisco Alves, na

tentativa de estabelecer uma relação mais aproximada entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e suas experiências sociais.

Foi possível perceber mais uma vez a importância do professor como mediador de conflitos, pois pautado de conhecimentos e sensibilizado, este poderá intervir e mediar para desconstruir as concepções historicizadas ao longo do tempo que diminuem uma etnia por seus traços físicos e por sua cultura. Porém, para mediar o professor precisa apresentar a diversidade das visões de mundo, o que muitas vezes o docente não está preparado e nem recebe apoio para isso.

Ciente de que somente o estudo proporcionado não dará ao educador todos os subsídios necessários para sua atuação, haja vista a gravidade da situação nos contextos estudado, espera-se que tenha proporcionado o início do combate a todo e qualquer tipo de discriminação e preconceito percebidos em sala de aula na escola onde o projeto foi implementado.

4.Referências

BARBOSA, A. M.(org.). **Inquietações e Mudanças no Ensino da Arte**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Arte-Educação: leitura no subsolo**. São Paulo: Cortez, 2001.

BRASIL. Ministerio da Educação e Cultura. **Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/documentos/bncc-2versao.revista.pdf>> Acesso em: 29 de jun. 2016.

CARVALHO, R. E. **Removendo Barreiras para a aprendizagem**. 4. ed. Porto Alegre: Mediação,2002. p. 70, 75,106, 111, 120, 174.

FERREIRA, A.C.; SANTOS, L. **Formação do éthos diverso e Educação das relações étnico raciais**. Disponível em:<[https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes /ar ticle/view/255](https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/ar ticle/view/255)>Acesso em:20 de nov. 2016.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à pratica educativa**. São Paulo: Paz e Terra S.A, 2002.

GOMES, N. L. **Relações Étnico – Raciais, Educação e Descolonização dos Currículos**. Disponível em:<[http://www.curriculosemfronteiras.org /vol12iss1articles /gom es.pdf](http://www.curriculosemfronteiras.org/vol12iss1articles /gom es.pdf) >Acesso em: 21 de nov. 2016.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica Arte**. Curitiba: SEED, 2008.

VEIGA, I. P. **Projeto político Pedagógico da Escola: uma construção possível**. Campinas: Papirus, 2005.